

Educação e trabalho: relações estabelecidas na escola da Sadia Avícola de Chapecó (SC)

*Nilcéia de Oliveira**
*Elison Antônio Paim***

Resumo

Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida em relação a como se estabelecem as novas relações entre trabalho e educação através da educação de jovens e adultos para os operários da Sadia Avícola S.A. em Chapecó desde a década de 1990. Nossa preocupação foi perceber através depoimentos de operários-estudantes como se deu esse processo, como a empresa utiliza-se da educação, quais os caminhos percorridos para que os operários sintam necessidade de voltar a estudar.

Palavras-chave: educação, trabalho, experiência.

Introdução

Vivemos na era da informação e da tecnologia, entendida como um processo que faz parte do fenômeno social de idéias e pensamentos revolucionando a vivência e o cotidiano do homem, que precisa constantemente aprimorar os seus conhecimentos, possibilitando uma maior familiarização com as novas mudanças.

As exigências educativas da sociedade contemporânea são crescentes e constantes, estando relacionadas a diferentes dimensões da vida das pessoas, ao trabalho, à participação social e política, à vida familiar e comunitária, às oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural.

Frente às preocupações com a qualificação do homem trabalhador, os governos, principalmente dos chamados países periféricos, desenvolvem metodologias visando adequar-se ao mundo globalizado, criando programas de educação exigidos pelos novos paradigmas e para o novo cidadão do mundo.

A educação é uma das exigências e está a serviço (principalmente a educação de jovens e adultos) do próprio mercado capitalista e globalizado, que precisa manter no mercado de trabalho, operários com um certo nível de qualificação e capacitação, que são alcançados em cursos e necessariamente com as formações educacionais básicas, as quais possibilitam ao aluno-operário as condições de aprendizado, para que o mesmo permaneça, ou se insira no mercado de trabalho, geralmente, o industrial.

Assim, a educação de jovens e adultos, na atual conjuntura social, política e econômica, inseriu-se no contexto de educação e trabalho, onde nos diferentes espaços as pessoas se relacionam, e transformam o processo educacional. O novo processo educacional desenvolvido dentro das empresas, especialmente o caso Escola da Sadia, merece um estudo que procure mostrar em que medidas, a empresa, como um estabelecimento privado utiliza-se de um bem público para garantir a formação e a capacitação de seus operários?

A solução mais adequada encontrada pelas empresas privadas foi oferecer espaços dentro da própria empresa. Em alguns casos

o espaço foi construído exclusivamente para a escolarização de seus operários.

No contexto das mudanças expostas acima, exige-se que concebamos a educação de jovens e adultos num sentido amplo, integrador e dentro do avanço da educação permanente, no qual esta é um processo que envolve o aprendizado sistemático e contínuo, com o propósito de possibilitar mudanças de comportamentos, conhecimentos e valores. A educação escolar deve ser um dos espaços democráticos de conhecimento e não somente um espaço de reprodução e manipulação do aluno, cabendo a escola viabilizar meios para que o aluno se forme e se informe como leitor crítico do mundo em que vive. Levando-o, sobretudo a construção do saber, do fazer e também do ser, enquanto seres humanos socialmente construídos, uma educação voltada à cidadania.

Assim nos indagamos novamente: até que ponto a educação básica necessária às exigências do capital constrói no operário uma consciência de classe voltada à cidadania?

Esses questionamentos partem de uma angústia vivida durante dois anos na escola da Sadia em Chapecó, convivendo e vivenciando o cotidiano de uma sala de aula operária. Percebemos as relações de força e poder de manipulação de uma empresa quando coloca o ensino, a escola e a formação educacional como uma exigência, quando organiza os horários das aulas e dos professores de acordo com os horários de suas linhas de produção. Sentimos dificuldades de construir nos alunos uma consciência política, pois a presença dos mesmos era praticamente mecânica, encarando a escola e a necessidade de aprender como uma extensão da própria empresa e de suas funções.

A educação está cada vez mais subordinada à tecnologia, que é apresentada como um instrumento chave da sobrevivência de cada indivíduo e de cada país na era da competitividade mundial e da obrigação da empregabilidade. A educação se tornou mais uma mercadoria que tem a função específica de formar recursos humanos a serviço da empresa.

O eixo condutor de nossa pesquisa foi perceber como o aluno-operário se vê no processo de ensino aprendizagem. Que tipos

de resistências se percebem nos operários para o não cumprimento das exigências educacionais?

Nesta perspectiva, o objetivo primordial e geral de nossa pesquisa foi analisar a apropriação da estrutura educacional pública pela empresa privada, que necessita da educação como meio essencial à formação do sujeito operário.

Procuramos verificar como se constituiu a Escola de Educação de Jovens e Adultos da Sadia Avícola, em Chapecó. Analisando a relação entre a estrutura educacional do estado de Santa Catarina e a Sadia Avícola. Identificamos a necessidade da existência de um sistema educacional dentro da empresa. Percebemos as resistências e a importância do ensino para os operários da Sadia Avícola.

O interesse em desenvolver esse trabalho partiu de muitas reflexões durante o tempo em que trabalhamos na escola da Sadia como professores de história para o ensino fundamental e médio. Ao longo de dois anos, participamos do processo educacional de muitos alunos e também acompanhamos de certa forma às relações entre empresa e operários e instituição de ensino e empresa. Procuramos mostrar como a educação e o trabalho constituem, sem dúvida, um problema fundamental a ser elucidado, se é que se quer chegar a uma compreensão do lugar e o papel da educação e da escola na sociedade e como a empresa capitalista educa o seu operário. Assim, iniciamos este trabalho com levantamento de dados sobre o controle que a empresa tem de desempenho educacional dos operários, depoimentos orais dos alunos e professores, coleta de informações e entrevistas, que foram armazenadas para o processo de produção do trabalho, além, é claro, de muita leitura de importantes autores que discutem as questões sobre educação e trabalho.

Inicialmente fazemos uma análise sobre a conjuntura econômica, priorizando a formação educacional como uma exigência do mercado globalizado; a necessidade vital de sobrevivência no mundo do trabalho; buscamos quais são as mudanças educacionais necessárias para que a escola possa preparar esse novo homem sem perder as suas funções sociais, que é desenvolver nos cidadãos alunos a possibilidade de inseri-los na sociedade.

A seguir, desenvolvemos uma leitura acerca das relações entre o trabalhador e a educação escolar enquanto uma necessidade de qualificação. Como o aluno-operário se vê no processo educacional e quais realmente seriam as suas necessidades e predisposição para desenvolver as suas capacidades intelectuais, para que ele possa sentir-se inserido na sociedade exercendo a sua condição de cidadão e não somente entender a educação como garantia de emprego e renda.

As mudanças educativas: o novo cidadão do mundo

As ruas de mão dupla, entre educação e desenvolvimento, têm sido amplamente pesquisadas – são temas que aspiram uma preocupação e atenção especial pelos órgãos e profissionais que se relacionam diretamente com a educação de modo geral, exigindo uma postura ética decorrente da nossa responsabilidade social. O que interessa em primeiro lugar é indagar de que desenvolvimento está tratando, o desenvolvimento global e interdependente, mostrando avanços em áreas completamente diferentes e abstratas.

Somente faz sentido abordar desenvolvimento econômico, social, político e cultural em termos didáticos, porque os avanços em áreas como, por exemplo, na economia, anulam os demais setores, que não correspondem em esforços na mesma intensidade, freando o processo de desenvolvimento humano, assim o homem que não tem saúde, educação, alimentação, participação, sustentabilidade e outros componentes jamais poderiam alcançar um desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico e social é profundamente marcado por relações de poder e força assimétricas, nos quais a atividade econômica e o desenvolvimento do capital têm maior importância para o mercado em relação ao desenvolvimento social humano. O resultado leva a conclusão de que a industrialização, aprimorada a partir do fordismo, é um luxo exclusivo de parcelas da população mundial. O capitalismo se nutre fundamentalmente da exploração dos trabalhadores, assim:

Quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus servidores introduzem métodos sofisticados para, ao mesmo tempo, aumentar a contribuição de cada trabalhador para a criação de riqueza, no sentido geral, e reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários. (GOUNET, 1999, p. 9).

A crise do capitalismo hoje existente postula indagações sobre as prováveis saídas, levando-se em conta que durante a sua história já passou por momentos de crise e tão logo uma saída se anunciava, o capitalismo encontrava a tão desejada saída, assim como diz Frigotto (1998, p. 39), a “[...] continuidade desta lógica somente se manterá mediante o aumento da destruição do meio ambiente, destruição e esterilização do trabalho e o aumento da exclusão.”

Frente aos problemas vividos pela economia mundial, as empresas têm reagido de diferentes formas, segundo os ramos de produção, industrialização, comércio ou serviços mostrando-se muito variadas. A empresa em questão (Sadia Avícola S.A.), tem assumido de forma consistente a necessidade de redefinir e reorganizar o conjunto de suas estratégias administrativas: quanto à integração com seus fornecedores-produtores, quanto à produtividade, a comercialização ou a qualidade e os recursos humanos. As mudanças nas estratégias redefinem também as relações de poder, nos quais a complexidade se faz presente. É preciso compreender, dentro da perspectiva foucaultiana, quando afirma que não há teoria geral do poder. Para Foucault, as relações de poder não podem ser analisadas no âmbito de uma teoria geral e globalizante, ao contrário, é preciso se orientar por um método analítico de poder, que considere a sua mecânica local em espaços e discursos específicos e em contextos históricos determinados.

Conforme Foucault, o que existe são práticas ou relações de poder e podem ser externas e internas, que se disseminam por todo corpo social, ou seja, o poder é uma relação de forças, sendo a recíproca verdadeira. Ainda, de acordo com esse pressuposto conceitual, o poder,

Não é algo que se possa dividir entre aqueles que possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está na mão de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. (FOUCAULT, 1992, p. 183).

Essas relações podem mudar inclusive aqueles padrões culturais, aqueles mais tradicionais como valores e comportamento humano, nos quais as idéias passam por transformações para atender às necessidades principalmente do mercado, do capital e as de sobrevivência do próprio homem. Para tanto, as empresas se colocam num patamar mais exigente e competitivo em especial às especificações de qualidade sem seus produtos ou serviços.

O homem também passa a ter um grau de exigência muito maior, o capitalismo lhe proporciona a possibilidade da escolha da qualidade e do preço, assim como:

O critério de qualidade é colocar o produtor diretamente diante do problema da valorização, ou seja, a visualização da expressão do usuário, satisfeito ou não com o produto. Isto requer que o trabalhador esteja mais integrado e participativo na definição e realização do que é produzir com qualidade. As técnicas e os programas para se alcançar esta qualidade são bastante variados, porém têm um ponto em comum: para alcançarem sucesso exigem mudanças profundas nas empresas, mudanças estas que impactam a cultura e as relações de poder vigentes. (FERRETI, 1994, p. 23).

A inserção e o ajuste dos países não desenvolvidos ou em desenvolvimento ao processo de globalização e reestruturação produtiva, sob uma nova base científica e tecnológica, dependem da educação básica, de formação profissional, qualificação e requalificação. Todavia, não é de qualquer educação e formação que nos referimos. Que educação e formação são essas, então? Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo

competências para a gestão da qualidade para a produtividade e competitividade e conseqüentemente para a empregabilidade, o que significa para o assalariado estar disponível para todas as mudanças. Assim, para o empregador, o operário deverá estar pronto para a troca de trabalho, como se fosse trocar de roupa.

O trabalhador passa a ter a certeza de que pode ser jogado de um emprego para outro, sua garantia não é de encontrar um emprego igual, mas que pague igual, estar sempre preparado para exercer e praticar qualquer função ou tarefa. Todos esses parâmetros são definidos no mundo produtivo.

O que, sim, parece inquestionável é que, com o avanço da automação programável, há uma tentativa para que o trabalho direto assuma um caráter de monitoramento, passando a exigir do trabalhador maior capacidade de abstração, decisão, comunicação e um maior grau de responsabilidade. (FERRETI, 1994, p. 103).

A ênfase que se dá na relação entre trabalho e educação faz-se aos limites do desenvolvimento, da tecnologia, da expansão do capital e da crise do trabalho assalariado.

Esta perspectiva parte de uma visão de desenvolvimento, ciência e tecnologia despidas de quaisquer relações sociais e no pressuposto do pleno emprego, levando o trabalhador a um grande impacto com as novas tecnologias sobre o mundo da produção e do trabalho, sem entendê-las como um produto de relações sociais excludentes, assim:

O trabalhador se caracteriza por não possuir mais a sua força de trabalho, que passa a ser controlada externamente a ele, ao mesmo tempo em que, ele se aliena do produto, na medida em que este fruto do trabalho coletivo, se separa dele, escondendo seu caráter de resultante de relações sociais entre coisas. Desta forma o trabalhador assalariado já não se percebe no produto de seu trabalho, que se constitui em meio fragmento de um processo total que ele não domina, não controla e que não lhe pertence. (KUENZER, 2002, p. 76-77).

A educação tem um lugar privilegiado na estratégia neoliberal com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais com duas dimensões principais. De um lado na reestruturação buscada pelos ideólogos neoliberais em atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos da preparação para o local do trabalho; fazendo com que as escolas preparem os seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional; também utilizam a educação como veículo de transmissão das idéias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. De outro, há espaço para a alteração do currículo com a intenção de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal assim, “[...] pode-se verificar que o capital utiliza a heterogestão como forma de dominação sobre o trabalho, a qual, na medida em que incorpora o saber sobre o trabalho ao capital e expropria dele o operário, promove a educação do trabalhador.” (KUENZER, 2002, p. 48).

A classe que tem o poder material utiliza-se das tecnologias de manipulação do afeto, do sentimento, do desejo e da cognição pelos veículos de comunicação que funcionam como meios de representação de uma cultura de massa, não como meios de representação da realidade, mas como meio de influência e de envolvimento do desejo humano sob a ótica do espectador/consumidor que passa a pensar como um burguês neoliberal.

O pensamento neoliberal no campo educacional tende a transformar questões políticas, econômicas, sociais e éticas, configurando as necessidades humanas, de valor e respeito em uma luta muitas vezes inconsciente pelas necessidades materiais, levando ao aumento das desigualdades econômicas e de poder, uma situação que os professores observam dentro do cotidiano nas escolas, principalmente de jovens e adultos, que procuram encarar a sua educação como uma necessidade de sobrevivência dentro do mercado de trabalho, assim o ensino se torna ineficiente para produzir uma consciência de classe e um conhecimento novo.

Torna-se necessário um trabalhador com uma qualificação para a competitividade. A educação para o trabalho incorpora um novo padrão tecnológico no operário através de um processo de

organização da produção, como afirma Gentili (1998, p. 45) “[...] métodos que buscam otimizar o tempo, espaço, energia, materiais, trabalho vivo, aumentar a produtividade, a qualidade dos produtos e conseqüentemente, o nível de competitividade e taxa de lucro.”

No campo de educação e formação, o processo de subordinação busca efetivar-se mediante a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo, busca explicitar as demandas emergentes do sistema produtivo capitalista. As novas tecnologias de base técnico-científica que promovem mudanças profundas na produção e organização do trabalho fazem com que os processos educativos produzam trabalhadores polivalentes, flexíveis, criativos, subordinados a lógica do mercado e do capital, desta forma:

O operário fica restrito às tarefas de execução, sendo expropriado do saber sobre o trabalho e perdendo a característica que o fazia humano: a possibilidade de pensá-lo, planejá-lo, criá-lo. A ciência, por sua vez, que já existe na consciência do trabalhador, passa a ser privilégio das categorias a quem sabe planejar o trabalho, concretizando-se na maquinaria, que atua sobre o operário como uma força que lhe é estranha e o domina. (KUENZER, 2002, p. 47).

O homem tornar-se adestrado para o trabalho sempre foi e é uma das tarefas da administração industrial, tendo por trás a educação. Assim, “[...] a partir de 1990 a questão educacional passou a fazer parte permanente do Conselho de Relações de Trabalho e Desenvolvimento Social” (GENTILI, 1998, p. 39).

Problemas singulares estão surgindo a partir da estrutura em transformação da própria economia capitalista moderna. Mecanismos políticos, legais, constitucionais e outros, por meio dos quais as pessoas tradicionalmente supõem exercer alguma influência sobre a conformação de suas vidas e de sua sociedade, ainda que uma influência negativa, ou cada vez mais ineficaz. Tais mecanismos sempre foram ineficazes, principalmente para os trabalhadores pobres, a não ser de modo irrelevante para o mecanismo real das decisões

tecnocráticas e burocráticas. “A política, foi reduzida às relações e manipulações públicas.” (HOBSBAWM, 1988, p. 53).

O mesmo poderíamos dizer das políticas educacionais que têm a função de garantir o direito à educação, ao conhecimento, ao pleno desenvolvimento dos educandos. Sua abrangência adquire dimensões novas com as transformações nas formas de produzir e de viver. A nova dinâmica de mundo torna estática a visão das políticas educacionais que não saem da estreita concepção da educação como garantia de vaga na escola ou do domínio de tradicionais competências. Vincular as políticas e as práticas educacionais às transformações no trabalho e à consciência dos novos sujeitos socioculturais significa sintonizá-la com uma concepção mais alargada e mais dinâmica, adequando-se ao novo cidadão do mundo.

O trabalhador e a educação: estabelecendo relações

Até aqui, desenvolvemos uma análise que evidenciou a existência, de relações de poder e domínio políticos, socioeconômicos e culturais muito amplos, de um processo de afirmação da necessidade do saber do operário, determinado pelos interesses do capital. O capital, segundo as suas necessidades, contraditórias, de por um lado exercer dominação pelo controle do saber, e por outro de se utilizar o saber do operário como força produtiva.

Agora, procuramos colocar para discussão aspectos presentes durante o tempo de trabalho como professora de História no ensino fundamental e médio na escola da Sadia. Estes aspectos articulam-se a partir da relação mais geral que se estabelece entre o operário e o conhecimento, no e a partir do trabalho, cujas possibilidades e limites são determinados pelo modo capitalista de produção.

Nosso objetivo aqui é localizar a discussão no operário concreto, vivendo, produzindo, educando-se, elaborando o saber e dele sendo expropriado, nas condições que estão dadas aqui e agora, ou seja, no estágio de desenvolvimento que se encontram as forças produtivas na especificidade da situação estudada.

Esta discussão parece-nos fundamental porque é no interior destas condições concretas que está sendo gestado o novo modo de produzir e de educar o trabalhador, respeitando o ritmo individual, os tempos de aprendizagem e a história, que não se faz por saltos e nem a galopes.

Considerando a produção e a apropriação do conhecimento, como uma das mediações na relação de classe, interessa discutir como o operário participa desse processo de produção, apropriação e expropriação. Bem como, como os operários conseguem fazer o movimento de conservação e de superação desta relação de classe dominada/dominante.

Assim, surgem indagações tais como: os operários participam na elaboração do saber social? Existe um saber próprio dos operários, distinto do saber dominante, articulado e sistematizado? Em caso afirmativo, esse saber fica restrito ao trabalho? Como os operários se vêem no processo de ensino aprendizagem, o qual é uma exigência da empresa? Que tipo de resistência se percebe entre os operários, para o não cumprimento da exigência educacional?

As condições de vida e de trabalho dos trabalhadores se degradaram muito nos últimos anos, não se trata, é claro, de um processo unilinear e que atinja a todos por igual. No Brasil de hoje vivemos situações muito diferentes, analisando as condições socioeconômicas e as possibilidades, que podem ser encontradas a partir do momento que o trabalhador decide voltar para a escola.

A educação passou a funcionar e a ser vista, do lado do aluno, como um investimento privado do indivíduo. Pessoas diplomadas, teoricamente, estão mais protegidas contra o desemprego e tendem a alcançar rendimentos mais altos. Esse é um pensamento, que freqüentemente os professores ouviam na escola, ficava a impressão, que era isso que fazia, condicionava e despertava o interesse ou simplesmente a necessidade de estudar, não perder o emprego, continuar empregado e conseqüentemente ter um aumento de salário, assim, poderiam melhorar a sua vida e de sua família. Todavia, isso não significa garantia de emprego nem de renda.

Não se supõe que as competências profissionais sejam desenvolvidas predominantemente na escola, já que existem, na sociedade do conhecimento e da informação, no local de trabalho ou fora dele, as mais variadas alternativas.

A escolaridade fornece, contudo, as bases necessárias para desenvolver e renovar as competências, deixando de ser uma transmissão do conhecimento para se tornar um processo de aprender. É através da escola que o trabalhador consegue a tão sonhada certificação, a escola recebe o aluno com uma identidade própria, com conhecimentos historicamente produzidos e com experiências de vida e de trabalho que não podem jamais deixar de serem considerados, pois:

[...] as pessoas não experimentam suas próprias experiências apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou como instinto proletário. Elas também experimentam suas experiências como sentimento e lidam com seus sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Thompson abre-nos uma perspectiva de valorização das experiências de luta e de classe de homens e mulheres, colocando tais sujeitos num lugar, dentro de vários lugares possíveis dentro da história e também contribuiu para um profundo questionamento do ponto de vista educacional, repensando o aluno como um sujeito cheio de conhecimento e que precisa ser lapidado, aproveitado na sua magnífica experiência de vida.

Neste caso, a semente é plantada para dar frutos em curto prazo, pois o aluno já está no exercício do trabalho, em papéis de responsabilidade familiar e de desempenho da cidadania. Ele vai adquirindo habilidades específicas, autonomias, passa a tomar decisões. Um sentimento de ser cidadão, começa a querer mais, ser mais, seus pensamentos, valores e ideais mudam, assim suas relações sociais também passam por um processo de transformação.

Essa discussão já foi realizada por Karl Marx, quando escreveu que o homem se produz a si próprio, e nessa produção ele elabora o conhecimento e faz a sua história, enquanto produz as condições de sua existência, pelas relações que estabelece com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. É no seio das relações sociais determinadas pelo modo de produção que o homem se faz homem, constituindo-se ao mesmo tempo como o determinante dessas relações. As produções do homem estão diretamente ligadas às necessidades materiais, pois:

São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, mas os homens reais, atuantes, e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. (MARX; ENGELS, [s.d.], p. 25).

Os processos de transformação que acontecem com o aluno estão ligados às necessidades materiais e a própria instrução, o ser humano é por natureza, carente de atenção, afeto, é fraco nos seus sentimentos, portanto, precisa que alguém o conduza. As suas misérias humanas se manifestam em diferentes roupagens e diferentes ocasiões. Utilizaremos o termo, enraizamento, para discutir como o operário encontra meios de adaptar-se, e aceitar a sua expropriação. “A grandeza do homem é recriar sempre sua vida.” (WEIL, 1996, p. 461).

Segundo Weil, o enraizamento é a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana, raiz por sua participação ativa, real na existência de uma coletividade, portanto, vem automaticamente desde o nascimento, da profissão e do ambiente em que o homem vive. O ser humano precisa ter várias e múltiplas raízes presentes no meio em que faz parte. Quando acontece um desenraizamento do operário, neste caso, entendido como a perda do emprego, demissão, existe uma condição muito intensa presente que é o dinheiro. O assalariado, sobretudo está enraizado ao salário, que é sua garantia de sobrevivência e da satisfação de suas necessi-

dades básicas. Outro desenraizamento é a instrução, quando o operário não encontra oportunidade ou possibilidade de escolarizar-se, pensa que seus conhecimentos e habilidades não podem ser utilizados, ou não tem valor, como os de uma pessoa com grau maior de instrução, portanto, retornar para a escola pode ser, na maioria das vezes, uma forma de fazê-lo sentir-se parte novamente de uma sociedade de classe, ou sentir, como Weil coloca, enraizado.

Se a instrução é uma forma de enraizamento, elaborado socialmente a partir das relações que os homens estabelecem entre si, e no processo da produção de uma consciência, é inegável que o operário produz conhecimentos. Pois mesmo numa condição de mero executor de tarefas predeterminadas, rotineiras e repetitivas, ele se defronta cotidianamente com questões que a prática lhe apresenta e ele tem que resolver.

O operário vai então construindo um conjunto de explicações para a sua própria ação, ao mesmo tempo, que vai desenvolvendo um conjunto de formas próprias de fazer-se, que extrapola com o tempo, o espaço do próprio trabalho, a partir das exigências que a vida em sociedade determina. O saber adquirido na escola vai se articulando com o saber necessário para o trabalho e ao mesmo tempo vai desenvolvendo um saber social, propiciado pela própria empresa através da exigência educacional de certificação, o operário vai ao mesmo tempo aprendendo a racionalizar todos os momentos de sua vida pessoal.

As relações concretas de produção vão lhe ensinando a perceber sua condição de explorado e as maneiras para enfrentá-la. Ele elabora um saber que se caracteriza num conjunto de formas de ação que lhe permitem escapar do controle do capital. Aprende a se organizar, a sabotar, a dissimular, a reivindicar e muito mais.

Um exemplo disso, presenciado por inúmeras vezes: os candidatos a uma vaga na empresa precisavam provar que estavam estudando, então faziam a matrícula e de posse do comprovante continuavam os testes para o emprego. Quando conseguiam, nunca mais apareciam na escola, até que o seu supervisor entrava em contato com a escola ou a escola passava as informações dos alunos

faltosos ou desistentes, para a empresa, para todos os departamentos e conseqüentemente para os supervisores. A cobrança vinha, mais uma vez, voltavam a freqüentar a escola, depois de algum tempo acabavam desistindo, sempre apresentavam muitas desculpas, geralmente problemas pessoais, ou familiares.

Em muitos casos os alunos-operários somente faziam a matrícula e adeus à escola. Isso também explica a grande rotatividade de trabalhadores na empresa.

Outra forma de manipular a exigência educacional é com relação ao aumento de salário. A empresa condicionava pequenos percentuais de aumento de salário aos operários que estudassem, inclusive fazia uso por departamentos de uma ficha de "Avaliação de Desempenho", para cargos operacionais. Muitos itens e requisitos são avaliados, entre eles a escolaridade, que é considerada como pontos extras. Vejamos:

A gente tem que preencher, a ficha junto com o supervisor, ele vai avaliando todos os pontos, no final, é somado pra ver a nossa classificação de desempenho, e o que é preciso melhorar, se o cara não tá estudando, não recebe o aumento, é pouco, mas melhor que nada. (M. R., aluno do ensino fundamental, departamento de industrializados da Sadia).

Muitos operários vinham para as aulas, assistiam uma pequena parte, pediam para sair mais cedo, alegando não ter ninguém para buscar as crianças na creche, que os filhos estavam sozinhos, que precisavam ir ao médico, que os filhos estavam doentes e tantas outras justificativas, recebiam presença e conseqüentemente o aumento. Segundo a orientação da escola, os professores deveriam dar trabalhos extras para fazerem em casa. Alguns fugiam do processo educacional, o que geralmente acontecia, com os alunos mais instruídos, no ensino médio. Em outros casos, dependendo da hora, nos primeiros horários da manhã e nos horários da tarde, o grande problema e inimigo dos professores era o sono dos alunos. O cansaço de poucas horas de descanso e a extensão da atividade da empresa

na escola, dificultava o rendimento do aluno – muitos acabavam dormindo ou pedindo para sair mais cedo, não conseguindo suportar o sono.

Uma realidade também presente entre os operários mais velhos, com um conhecimento específico na função que desempenham, bons funcionários para a empresa, mas sem escolaridade e que se julgam velhos e incapazes de aprender. Eram muito comuns na alfabetização e no ensino fundamental, as expressões:

[...] estou velho, a cabeça não ajuda, os dedos estão duros, não tenho habilidade, não vou conseguir escrever, tenho vergonha de ir para a escola junto com os jovens que tem outra cabeça. (M. F., aluno do ensino fundamental).

As resistências existentes são sutis, muitas vezes despercebidas, resistências caladas, mas não deixam de serem manifestações de resistência. A empresa, por sua vez, mantém formas de cobrar as exigências educacionais, de manipular e de dominar o operário, naquilo que lhe é mais importante, o salário e o emprego. Neste sentido, o operário deixa-se manipular, dedicando-se à empresa e à execução de suas funções, o melhor possível, atendendo as exigências organizacionais e administrativas, modelando-se de acordo com as necessidades do capital e do mercado, tornando-se verdadeiros corpos dóceis, “[...] corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.” (FOUCAULT, 1996, p. 125). Se multiplicam as medidas da exigência da empresa, portanto,

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado e que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela

define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. [...] A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1996, p. 126-127).

Controlando o acesso ao saber, a empresa pode formar e manter um corpo coletivo tecnicamente qualificado na medida exata de suas necessidades, e politicamente submisso e disciplinado. Esse controle é fundamental para a manutenção das relações de dominação, na medida em que a qualificação é um poder que o operário exerce em seu trabalho.

É dentro deste contexto que acontece a formação educacional. A escola da Sadia tornou-se muito importante para os operários, na medida em que se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao conhecimento necessário para a sua certificação. A escola se tornou o cenário da luta de classes operário/empresa ou, ainda, dominado/dominante. A escola ultrapassar a dimensão meramente técnica e transmissora de conhecimentos, alcançar uma dimensão política e democrática, enquanto permite e oferece condições aos alunos-operários de compreender a história e os limites de suas ações e de sua práxis, é uma tarefa política das mais relevantes, a ser assumida coletivamente pelos trabalhadores, pelos profissionais em educação. Os educadores – aqueles que amam verdadeiramente a sua profissão – que encontram prazer e satisfação em dividir, aprender e realizar-se no ensino, sempre que falam ou ouvem discursos calorosos, empolgados, vibrantes sobre a educação de modo geral, percebem o quanto ela é importante para a construção da cidadania. Todavia, esta é uma luta de classe, um processo lento e coletivo, em que a luta deve ter um objetivo comum: transformar o trabalho num elemento construtor de um processo libertário.

Considerações finais

Salientamos, por diversas vezes, ao longo do trabalho, o papel e a importância da educação enquanto construtora de cidadãos e enquanto prestadora de serviços à economia de mercado capitalista. Não é só por proporcionar aos jovens e adultos uma nova forma de inserir-se no mundo do trabalho, mas, entretanto, estar a serviço da competitividade e da empregabilidade. Entendemos, assim, que é através da educação que o trabalhador pode se encontrar em condições de manter-se no mercado de trabalho.

Diante de tantas necessidades que os brasileiros vivenciam, sobretudo os jovens e adultos – que necessitam de uma preparação para o trabalho e de capacitação para a competitividade do mercado e da vida – a função social da escola, que deveria ter como objetivo uma educação integradora, transformadora e libertadora do homem, torna-se um sonho de difícil realização. Afinal, preparar jovens e adultos para inserí-los no mercado de trabalho, dando-lhes uma carreira, uma profissão, uma oportunidade de um futuro melhor costumam bastar como argumentos a favor dessa prática. Mas será isso suficiente? Será que é isso que queremos no futuro: cidadãos capazes de competir e vencer?

Os atuais caminhos que a educação trilha nos levam a perceber que a cultura da competição desmedida, de superação de limites cada vez mais difíceis, está nos roubando bons momentos de nossas vidas e isso não é saudável. E, além de tudo, é o que nos trouxe até aqui, a essa sociedade de pessoas ansiosas, insatisfeitas e, não raro, frustradas e infelizes, por não terem condições de uma vida melhor, de garantia de empregos e salários bons o suficiente e que lhes garantam uma certa dignidade. Talvez por isso os homens e mulheres, jovens e adultos ignoram essa dominação, não por vontade, mas por necessidade.

O trabalho é, sem dúvida, uma forma de inclusão social eficiente. Mas, não pode ser a única. As pessoas precisam viver a vida, ler, assistir a bons filmes, fazer amigos, tomar bons vinhos, comer bem, ter filhos, poder educá-los.

Durante a produção deste trabalho, percebemos – e cabe ressaltar –, que a maioria dos projetos educacionais ligados à inclusão social, patrocinados pelo governo do estado de Santa Catarina, em parceria com outras instituições privadas, cheias de boas intenções, volta-se para a capacitação, para o trabalho e para a profissionalização. Como se, para o pobre, ter uma profissão já estivesse muito bom. Implicitamente, vemos que os promotores dessas ações pensam que: quem sabe, assim, eles entendam e comece a desenvolver uma preocupação maior em manter o seu emprego, agradar o patrão e contentar-se com os percentuais mínimos de aumento de salário, encarados como prêmio ao seu esforço e dedicação.

A educação para o trabalho é uma responsabilidade a ser assumida pelos gestores desses projetos. Proporcionar condições para a inclusão social por meio do trabalho é uma obrigação das sociedades democráticas e um passo decisivo para a conquista da cidadania, desta forma:

[...] a questão educacional não pode ser vista apenas do ponto de vista das variáveis econômicas, mas inclusive do ponto de vista dos direitos básicos de cidadania. Ou seja, ela interessa não só em termos das condições de acesso ao mercado de trabalho e dos ganhos de produtividade. Interessa também como condição indispensável ao exercício efetivo da cidadania. (OLIVEIRA, 1994, p. 219).

Presenciando, mesmo que por alguns minutos durante a semana ou diariamente, o cotidiano de operários e operárias da Sadia com relação a sua participação nas aulas e acompanhando o seu processo educacional, ouvindo-os, dando-lhes um espaço para que expressassem a sua opinião, participando um pouco de suas angústias, necessidades, falta de reconhecimentos e esperanças, percebemos que a formação educacional, a capacitação e/ou a profissionalização não são realmente suficientes para fazer desses homens e mulheres cidadãos, conscientes de sua função social, fazê-los sentir incluídos nessa sociedade. Vida social e lazer, na maioria das vezes, não fazem parte da vida deste sujeito, que divide o seu

tempo em trabalhar e se capacitar. É como se ele não tivesse e não se permitisse certos prazeres – o compromisso com o emprego e sua sobrevivência é maior que o compromisso em viver e ser feliz.

Mas, é preciso que as escolas e os projetos educacionais percebam que produzir um sujeito competitivo e bom para o trabalho já não é o suficiente. Os avanços tecnológicos têm ameaçado o futuro do emprego e trabalho para todos. Cada vez menos gente precisará trabalhar para garantir os níveis de produção necessários para o bem estar geral, aumentando, com certeza, a competição que poderá atingir níveis que transformarão os homens e as mulheres em pessoas completamente insensíveis, em que a guerra será contra nós mesmos e não contra o capital, que exclui milhões a cada dia. Precisamos, portanto, de alternativas de ocupação. Seja como for, a educação deve ter suas metas reformuladas, para formar pessoas socialmente integradas, úteis e responsáveis por si mesmas. O trabalho pode fazer parte disso tudo.

Gostaríamos de um mundo de pessoas que possam, se preferirem, não competir, mas trabalhar em conjunto, coletivamente. Devemos garantir, principalmente aos jovens, a possibilidade de sonhar. De enxergar as cores e a música que se escondem sob a realidade. Garantir a eles a possibilidade de serem sensíveis, porque a sensibilidade é a massa conjuntiva de nossa plenitude.

E só cidadãos completos podem realmente exercer seus direitos. O direito, inclusive, de não competir, e de não vencer, de nada conquistar. E de ser feliz. Precisamos de cidadãos assim, que mudem o mundo, que transformem nossa sociedade, que se imponham à gentileza.

Se apenas formarmos novos e bons competidores, não estaremos perpetuando e compactuando com a realidade de deformação social na qual convivemos?

Notas

* Mestranda em educação na Universidade Federal de Santa (UFSC), Especialista em História: Cultura, Poder e Cidade pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó), graduada em História pela Unochapecó, professora de História na Rede Pública Estadual de Santa Catarina e na Escola da Sadiá em Chapecó.

** Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP no grupo Memória, mestre em História Social pela Puc-SP, professor de Prática de Ensino de História no curso de História da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó).

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

DECCA, Edgar S. de. **O nascimento das fábricas**. Tudo é História. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FERRETI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L. **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Um Debate Multidisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, A. A. Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Visões Críticas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Portugal: Martins Fontes, [sd].

OLIVEIRA, Marco Antonio. In: **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**. Um Debate Multidisciplinar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Nilcéia de. **Mulher agricultora, mão-de-obra na agroindústria**. 2000. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó.

_____. SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1., 2001, Florianópolis. **Análise entre teoria e prática na educação de jovens e adultos: algumas reflexões – CEJA – Chapecó e suas modalidades de ensino**. Chapecó, 2001.

REIS, Carlos Eduardo dos. **História social e ensino**. Chapecó: Argos, 2001.

REVISTA INTEGRAÇÃO. **Atílio Fontana: 100 anos de nascimento de um empreendedor**. Chapecó, ed. Especial, ago. 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 7. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. II A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIRIBA, Lia Vargas. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: **Educação e crise do trabalho: Perspectivas de Final de Século**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEIL, Simone; BOSI, Ecléia (Orgs.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2. ed. revisada. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Abstract

This article result of a research develop find how to establish the new relations work and education across education teens and adults for the working of Sadie Avícola S.A. in Chapecó, from the 1990 decade. Our preoccupation, was perhaps across the evidences of working-students how was this process, how the enterprise use the education how the way trough for workings necessity to came to study.

Keywords: education, work, experience.